

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 917.393 MINAS GERAIS

RELATOR	: MIN. CELSO DE MELLO
RECTE.(S)	: BANCO DO BRASIL S/A
ADV.(A/S)	: PAULO EDUARDO PRADO E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S)	: ADELMO SILVA CORREA
ADV.(A/S)	: DANILO RAMOS DE ALMEIDA E OUTRO(A/S)

DECISÃO: A petição do recurso extraordinário **a que se refere** o presente agravo **não impugna** o único fundamento do acórdão recorrido, limitando-se a tratar de questão **estranha** àquela que deu suporte ao ato decisório.

Essa **incoincidência temática** – que se evidencia pela ocorrência de **divergência** entre as razões em que se apoia a petição recursal e os fundamentos que dão suporte à matéria **efetivamente** versada na decisão impugnada – configura hipótese de **divórcio ideológico**, circunstância esta que **inviabiliza** a exata compreensão do pleito deduzido pela parte recorrente, **impedindo**, desse modo, o acolhimento do apelo extremo.

Cabe assinalar, por necessário, que a ocorrência de **divórcio ideológico** tem levado a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal a **repelir** petições recursais – **mesmo** aquelas veiculadoras de recurso extraordinário – que tenham incidido nesse vício de ordem lógico-formal (RTJ 164/784-785, Red. p/ o acórdão Min. CELSO DE MELLO – RE 122.472/DF, Rel. Min. MOREIRA ALVES – AI 145.651-AgR/PR, Rel. Min. CELSO DE MELLO – AI 165.769/MG, Rel. Min. FRANCISCO REZEK).

ARE 917393 / MG

Sendo assim, pelas razões expostas, **conheço** do presente agravo, **para negar seguimento** ao recurso extraordinário, *por manifestamente inadmissível* (**CPC**, art. 544, § 4º, II, “b”, **na redação** dada pela Lei nº 12.322/2010).

Publique-se.

Brasília, 05 de outubro de 2015.

Ministro CELSO DE MELLO
Relator